Série IV — Ano 7.º — Porto, 24 de Dezembro de 1916 — Número 4

A AURORA

Redacção e administração
Rua do Sol, 131 — PORTO
Composição: Rua do Sol, 131.
Impressão: Tip. Viuva Batalha

Propriedade do GRUPO DE PROPAGANDA LIBERTÁRIA

Redactor principal: António Alves Pereira
Editor: Norberto T. de Carvalho

Condições d'assinatura (Pagar adiant.)
Um mês . . . . . $05 (50 reis)
Semestre . . . . . $30 (300 reis)
Um ano . . . . . $60 (600 reis)
Para fóra do país acresce o importe do selo
Número avulso, $01 (10 reis)

As propostas de Paz

Segundo referiram os jornais diários, os Impérios Centrais dirigiram a semana passada, propostas de paz às potências que constituem o chamado Triplo Entendimento. A' data em que escrevemos o presente artigo, desconhecemos os fins a que visa o *gesto* kaiseriano — designámo-lo assim porque o Kaiser se proclamou o chefe supremo da «coligação» de além Reno — e muito menos a resposta que lhe darão os *indissolúveis* aliados. Também não é nosso propósito discutir as propostas sob o ponto de vista diplomático, dos *altos* interesses dos Estados em guerra ou das suas oligarquias políticas, económicas e financeiras. Esse trabalho deixámo-lo inteiramente aos outros, aos tais que soltam ininterrutos vivas à guerra e fogem com o *sim senhor* à seringa, quando lhes dizemos que, para serem coerentes com as suas palavras ou, o que é mais exacto, com os seus esguichos patrióticos, deviam ser os primeiros a dar o exemplo, avançando heróicamente em batalhões voluntários, para os áridos campos da carnificina.

As considerações que vamos fazer, encaminham-se, portanto, para outro lado: — são para os trabalhadores organizados, para aqueles proletários que, como nós, sofrem as agruras desta vida mil vezes maldita, saturada de dores e canseiras para os famintos e para os produtores de tôdas as riquezas sociais, e cheia de gozos e prazeres para os ricos e para os parasitas...

E' de todos sabido, que os Estados beligerantes para se conservarem na luta cruenta a que foram levados pelos egoísmos e pelas ambições desmedidas dos capitalistas, dos comerciantes e dos banqueiros, teem recorrido, por diferentes vezes, aos *empréstimos de guerra*. Assim, se a «Dívida Pública», ao estalar o tremendo conflito europeu, já era enorme, agora, volvidos vinte e oito meses de guerra, é enormíssima.

Nessa luta inglória, que aos operários não trará nenhumas utilidades sociais, consideradas estas como fautoras da Civilização, do Direito e da Justiça (isso é muito bom, mas é lá para os que vivem do suor alheio), gastam-se rios e rios de dinheiro. Cada bala que sai duma espingarda, cada granada que explue um canhão, cada trincheira que se abre, cada vapor que vai para o fundo dos mares, cada aeroplano que se fulmina, etc., etc., custa somas fabulosas, quase fantásticas e é mais um *Haver* que vai para o livro respectivo. ¿Quem entrará no *Deve* com essas quantias? Crêmos que ninguêm pensa neste magno problema, pois tôda a gente sabe que quem paga tudo isso é quem trabalha, muito embora, para o fazer, rebente de frio e de fome.

Ora nesta altura, em que nos horizontes da horrível chacina dealbam os primeiros alvores de uma paz — prematura para uns, necessária para outros — é imprescindível trazer ao conhecimento dos que tudo produzem certas coisas que êles ignoram a vêr se êles se mexem e fazem ouvir retumbantemente a sua voz, que diabo! Nós temos fundas esperanças que o povo nem sempre há-de ser burro de carga...

Antes de começar a guerra, diz o professor Olascoaga, a «dívida pública da Grã-Bretanha era calculada em 3 milhões e 600 mil contos, e a receita arrecadada pelo Estado, em 10 milhões de contos. Ao terminar o ano financeiro, a 31 de março do ano corrente, essa «dívida» havia subido a 10 milhões e 700 mil contos.

A «dívida pública» da França, orçava em 6 milhões e 600 mil contos, e os rendimentos do Estado, em 7 milhões de contos! A 30 de setembro dêste ano, a «dívida pública» francesa elevava-se a 10 milhões e meio de contos!

A «dívida pública» da Rússia, computava-se, antes da guerra, em 4 milhões e 800 mil contos e as suas rendas anuais, em 7 milhões e meio de contos. Apreciando bem os seus gastos diários, podemos afirmar que a sua «dívida pública» será, agora, dos seus 12 a 15 milhões de contos!

A «dívida pública» da Itália, era de 3 milhões e 62 mil contos e os réditos do Estado de 2 milhões e meio de contos anuais. Actualmente a sua «dívida» deve andar por uns 4 a 5 milhões de contos!

A «dívida pública» da Alemanha, incluindo todos os estados da confederação germânica, calculava-se em 4 milhões e 48 mil contos, e o seu rendimento anual em 10 milhões de contos. Gastando êste país com a guerra, 80 a 100 milhões de marcos por dia, a sua «dívida pública» não deve estar muito longe dos seus 25 milhões de contos!

A «dívida pública» da Austria-Hungria era de 3 milhões de contos, e as rendas anuais do Estado davam 6 milhões de contos. A guerra custa a essas duas nações, 48 milhões de francos diários; de forma que a sua «dívida pública», em setembro findo, devia estar muito perto dos seus 10 milhões de contos!

Dos outros países em guerra, Portugal, Bélgica, Sérvia, Montenegro, Roménia, Japão, Bulgária e Turquia, não publicamos as cifras correspondentes, porque, até à data, as estatísticas não falam com a precisa clareza. Todavia não erraremos muito, calculando a sua «dívida pública» actual, em 12 a 15 milhões de contos...

Para esta banda das Propostas de Paz, é que nós chamamos a atenção dos que trabalham. Como vêem, a dinheirama estafada nesse duelo terrível entre potências, atinge proporções estonteantes, enlouquecedoras. As «dívidas públicas» subiram e subirão enormemente; e se os impostos e as alcavalas estatais, em antes de se declarar a guerra já nos levavam a camisa do corpo, o que serão agora se considerarmos o número interminável dos que morreram na guerra, e que deixaram de produzir, mais os que ficam inutizados para o trabalho e que irão pesar imensamente sôbre os orçamentos?

Estará o povo disposto a consentir que o tributem, sem um protesto? que o roubem infamemente, enquanto os endinheirados gosam cómodamente os benefícios da guerra? a não importar-se com o encarecimento da vida, sob o pretexto grosseiro de que a guerra desorganizou as finanças de todos os países? Ou achar-se há com fôrças para exigir os seus direitos, mandando à fava os patriotas e os políticos?

Eis o problema que os trabalhadores devem estudar cuidadosamente, para não cavarem a sua ruína para manequins já basta. E' preciso mostrarem que são homens. E se desprezarem os nossos conselhos, sofrerão as naturais conseqüências.

ALFREDO GUERRA.

Aos camaradas

E' imprescindível que os camaradas que sentem a necessidade da publicação regular de «A Aurora» lhe prestem o seu concurso, angariando-lhe assinaturas, abrindo subscrições em seu benefício e concorrendo, consoante as suas posses, com quaisquer quantias, semanal ou mensamente.

Fazemos-lhes êste constante apêlo, em virtude das circunstâncias bastante críticas em que se encontra o jornal: o papel está por um preço exorbitantíssimo e com tendências a subir, visto que a guerra constitui uma mina para as empresas papeleiras.

Se os camaradas não olham para esta situação intolerável, se não pretendem fazer algum sacrifício monetário, «A Aurora» vêr-se há novamente forçada a suspender a sua publicação, com o que se regosijarão os nossos irredutíveis adversários.

Ora é para não se dar semelhante caso, que nós apelaremos tôdas as semanas para a solidariedade dos anarquistas, na certeza de que seremos ouvidos.

A semana finda recebemos, além das cotas semanais e mensais de vários camaradas do Pôrto e de Espinho, o produto duma subscrição tirada pelo grupo «Os Rebeldes», de Lisboa, e para a qual contribuiram: J. Pereira, $10; J. Carreira, $08; A. de Freitas, $20; J. M. dos Santos, $14; A. M. Duarte, $08; M. N. Cabarrão, $05; A. M. Godinho, $20; e D. B. Afonso, $14. De Cercal do Alentejo, escreve-nos o nosso camarada J. A. de Melo, enviando-nos três novos assinantes e comprometendo-se a contribuir mensalmente com $10 centavos. De Gondomar, também o nosso camarada J. V. da Silva nos dirige palavras de incitamento e aplauso, declarando que todos os meses contribuirá com $50 centavos para facilitar a vida ao periódico.

Que todos os camaradas se fixem bem nestes exemplos e procedam em conseqüência, tais são os ardentes votos do grupo editor de «A Aurora».

O nosso camarada H. Marques, pede-nos que tornemos público que não foi êle quem tirou, no Arsenal de Marinha, a subscrição em favor de «A Aurora». Os camaradas que lá trabalham é que, vendo a necessidade de auxiliar o jornal que tanto estimam, resolveram cotisar-se voluntàriamente entregando o produto dessa cotisação ao nosso correspondente. Assim fica desfeito o nosso engano involuntário, exprimindo nós, por êste meio, os nossos mais sinceros agradecimentos a todos os que se interessam a valer pela existência de «A Aurora».

A herança do maltrapilho

Ficou há pouco concluído o inventário da herança de Pierpont Morgan. Foi uma decepção geral. O homem era tido por bilionário e chegou a passar pelo figurão mais rico do mundo. Era uma entrugice e os herdeiros estão fulos, falando mesmo os genros em requerer o divórcio, pois foram vítimas duma burla, dum conto do vigário do sogro, que lhes impingiu as filhas com a promessa de heranças fantásticas.

O caso não é para menos. Imaginem vocês que o desgraçado, afinal de contas, tem apenas setenta milhões de dólares — isto é, mais de cem mil contos, ao câmbio actual!

Cem mil contos, para dez herdeiros, dão sòmente dez mil contos a cada bico! E' certo que êste último capital, bem colocado como êle está, rende bem os seus 900 contos por ano, ou mais, que é como quem diz 75 contos por mês, ou dois contos e meio por dia, ou cem escudos e pico por hora, ou ainda uns dezassete tostõezitos por minuto.

Mas ao preço porque está o pão de segunda, ¿que diabo há-de fazer agora um pobre fabiano com essa miséria?

Deplorável equívoco

O seu a seu dono

Apreciemos hoje êste período da *Tática combativa:*

«Persistem em não vêr que, apesar de abominarem a política, — como também nós abominamos a política de corrupção que caracteriza a política burguesa, — até as organizações de carácter exclusivamente económico, *até os seus próprios sindicatos*, se vêem freqüentemente na contingência de fazerem *obra política*, recorrendo aos poderes públicos em sinais de protesto contra atropêlos e injustiças, *solicitando* a promulgação de determinadas medidas, *pedindo* indultos e amnistias e reclamando concessões e liberdades.»

E' já uma ária estafada que os próprios factos se encarregam de desmentir.

Em primeiro logar, não temos sindicatos *nossos*. Os anarquistas, se são operários, regularmente estão organizados, mas jamais se organizaram para enfeudarem os sindicatos. Certamente, porque são anarquistas, procuram despertar as energias adormecidas, e sempre que as circunstâncias lhes permitem, esforçam-se porque a acção dos organismos de que fazem parte seja directa e revolucionária, aproveitando sempre todos os ensejos para doutrinar, servindo-se dos exemplos, das lições que a própria luta fornece.

Se os anarquistas constituissem um partido político com necessidade de acorrentar gente que lhe servisse os interesses em tempo de eleições, então, sim, haveria necessidade de actuar de modo, não a tornar de cada operário uma força autónoma, consciente, apta a desenvolver-se na defesa dos seus interesses, da sua emancipação — mas a servir o partido, e portanto a nós, nos nossos interesses políticos.

Esse mal é cultivado pelos sociais democratas, e em geral, por todos os políticos, operários ou não, que se querem assegurar com a *gente* precisa para os servir nas lutas eleitorais.

Por considerarmos que «a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores», e porque consideramos que os trabalhadores não podem emancipar-se da tutela do capital sem, paralela e simultâneamente, se emanciparem de todos os ídolos, chefes e de outros prejuízos de ordem moral e política, é que combatemos tôda a interferência dos políticos no seio dos sindicatos, quando esta os pretende desviar da linha traçada por aquela máxima da velha Internacional.

Posto isto, não precisamos de definir qual seja a *política* que no seio do sindicato combatemos. Está por demais sabido que é a propaganda e a acção que conduzem aqueles organismos, directa ou indirectamente, a colaborar com os patrões ou com o Estado; a centralizar nas mãos de um, ou de vários, determinadas funções, cabendo apenas aos associados o dever de obedecer; a que se pratica no sentido de conduzir os agremiados à prática da luta eleitoral, e a que, enfim, faz depender do Estado tôdas as melhorias imaginárias, amortecendo, por êste modo, tôdas as energias proletárias.

Há, de facto, sindicatos que por vezes recorrem aos poderes públicos com petições cuja solução não depende dos mesmos.

Mas porque o fazem? Será por conselho dos anarquistas?

O facto de esses sindicatos assim procederem é uma conseqüência da orientação reformista dos sociais democratas. Se os sindicatos fôssem *nossos*, ou se os seus componentes fôssem todos anarquistas haveria razão para a crítica constante do período acima transcrito.

Sendo um conjunto de indivíduos de interesses homogéneos, no sindicato, êsses indivíduos são, contudo, de opiniões heterogéneas.

A influência dos anarquistas, se os há no sindicato, é apenas relativa. Nunca a quiseram decisiva, porque — já acima o dissemos — estes não pretendem arvorar-se em chefes. E porque assim é, confiam mais na prática, exercida por todos, na acção cotidiana de que na imposição sistemática das suas opiniões.

O homem aprende à custa dos seus próprios erros, e como o homem as colectividades. Nesta conformidade é possível que os anarquistas hajam também errado. Esses erros são ainda devido a uma certa contemporização que na realidade tem havido, graças à qual os sociais democratas, com uma deslealdade a tôda a prova, mais e mais teem desviado as classes operárias do campo onde deveriam sempre actuar — a luta de classes.

Quanto ao que se refere a protestos, indultos, amnistias, concessões de liberdades, etc. — que tem isso de comum com os aspectos e males políticos que combatemos e a que já atraz nos referimos?

Será isso um motivo que justifique a substituição da luta económica pela luta política?

Antes de terminar, diremos, o mais Manuel José da Silva, algo-